

SP DEMOGRÁFICO

Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo

Ano 15 – nº 5

Dezembro 2015

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO 2014

***47% dos municípios paulistas
têm mortalidade infantil de
apenas um dígito***

Luis Patricio Ortiz Flores

Chefe da Divisão de Produção de Indicadores Demográficos da Fundação Seade

Antonio Benedito Marangone Camargo

Analista de Projetos da Fundação Seade

Margarete da Silva Jordani

Analista de Projetos da Fundação Seade

Deise Akiko Oushiro

Analista de Projetos da Fundação Seade

Elizabeth Fuzisaki

Analista de Projetos da Fundação Seade

RESUMO: As Estatísticas do Registro Civil de 2014, produzidas pela Fundação Seade, indicam que a mortalidade infantil chega a 11,43 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos e metade dos municípios paulistas apresenta indicador de um dígito. Foram registradas 625.750 crianças nascidas vivas, sendo 14,5% de mães com menos de 20 anos e 37,7% de mães com mais de 30 anos. Os óbitos masculinos respondem por 55% das mortes ocorridas no Estado e o grupo etário com maior frequência é de 75 a 79 anos. O número de casamentos tem aumentado nos últimos anos: 297.477 eventos em 2014, com incremento de 57% em relação a 2000. Foram registradas 2.051 uniões homoafetivas, sendo 898 uniões entre homens e 1.153 uniões entre mulheres, com acréscimo de 4% em relação a 2013.

PALAVRAS-CHAVE: mortalidade infantil; estatísticas vitais; nascimentos; óbitos; casamentos.

Introdução

As Estatísticas do Registro Civil para o Estado de São Paulo são divulgadas anualmente pela Fundação Seade, fornecendo informações detalhadas sobre os eventos vitais da população. Elas fazem parte do Sistema de Estatísticas Vitais do Estado e são resultado de pesquisa contínua realizada nos cerca de 830 Cartórios de Registro Civil existentes em todos os municípios paulistas.¹ A série histórica de nascidos vivos, casamentos, óbitos e óbitos fetais é produzida desde o final do século XIX e o Estado de São Paulo se destaca, no país, pela qualidade, cobertura e existência de série secular dessas estatísticas.

Os resultados apresentados neste número do SP Demográfico refletem os registros ocorridos em 2014, de acordo com os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.²

As estatísticas do Registro Civil são insumos importantes para conhecer a evolução do crescimento populacional, informação estratégica para implementação e monitoramento de políticas públicas. Em São Paulo, a Fundação Seade utiliza metodologia para estimar a população intercensitária dos municípios, que leva em conta o seu crescimento natural, obtido a partir da diferença entre os totais de nascidos vivos e de óbitos ocorridos no período. Também, no caso das projeções populacionais, tais estatísticas são fundamentais para a elaboração dos parâmetros demográficos de fecundidade, mortalidade e migração, orientando a construção de cenários futuros (WALDVOGEL et al., 2012). Por sua vez, as estatísticas de casamentos legais permitem acompanhar mudanças e arranjos conjugais que se processam na sociedade.

Mortalidade infantil

No Estado de São Paulo, 153 municípios não registraram nenhum óbito infantil em 2014, o que corresponde a 24% do total dos municípios; além disso, outros 150 municípios registraram Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de apenas um dígito – chegando a 47% dos municípios paulistas. Esse conjunto de municípios encontra-se distribuído em todo o território paulista. A taxa de mortalidade infantil – número de óbitos de crianças de até um ano de idade por mil nascidas vivas – chegou a 11,43, a menor já registrada no Estado.

47% dos municípios paulistas tiveram taxa de um dígito na mortalidade infantil.

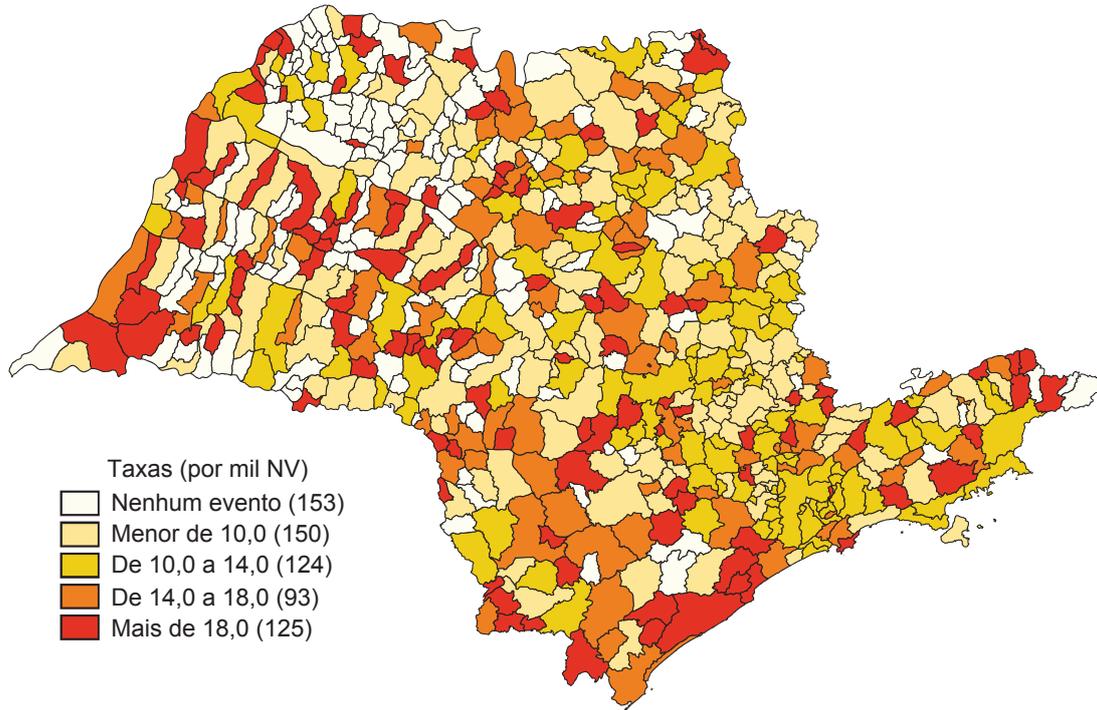
Menor taxa já registrada pelo Estado: 11,43 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos.

1. Séries estatísticas de informações demográficas podem ser obtidas em: www.seade.gov.br

2. A partir de 1997, firmou-se Acordo de Cooperação Técnica entre Seade e IBGE, unificando coleta, processamento e divulgação das informações sobre nascimentos, casamentos e óbitos registrados no Estado de São Paulo.

Mapa 1

Taxas de mortalidade infantil (1)
Estado de São Paulo – 2014



Fonte: Fundação Seade.

(1) Óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos.

Esses resultados reafirmam a posição de São Paulo como um dos estados com menor risco de morte infantil no Brasil. De acordo com as últimas estimativas disponíveis, a taxa média do país era de 14,40 óbitos por mil nascidos vivos. No contexto latino-americano, a taxa do Estado de São Paulo está entre as menores, ficando acima somente das registradas em Cuba (8 por mil) e Chile (10 por mil).

A taxa de mortalidade infantil continua a ser um dos indicadores mais utilizados para aferir as condições de saúde da população, especialmente das crianças. No Estado de São Paulo, para o cálculo desse indicador, a Fundação Seade realiza pesquisa contínua junto aos Cartórios de Registro Civil de todos os municípios paulistas, levantando os registros de nascidos vivos e de óbitos ocorridos a cada ano.

Entre os municípios com pelo menos mil nascidos vivos, as maiores taxas foram registradas em Guarujá (18,08), Ferraz de Vasconcelos (18,47) e Peruíbe (22,14). Os menores índices referem-se aos municípios de São Caetano do Sul (7,03), Itapetininga (5,60) e Botucatu (4,79).

Em termos regionais, observa-se que ainda existem diferenças importantes entre as regiões administrativas do Estado, onde os menores índices encontram-se nas regiões de São José do Rio Preto (9,60) e Franca (10,47); sendo as taxas mais elevadas, acima de 12 por mil, correspon-

dentos às regiões administrativas de Registro (16,55), Baixada Santista (14,48) e Sorocaba (12,56). Assim, verifica-se que nos últimos anos, a mortalidade infantil no Estado de São Paulo tendeu a se homogeneizar em patamar próximo de 11 óbitos por mil.

Tabela 1

Taxas de mortalidade infantil
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas – 2000-2014

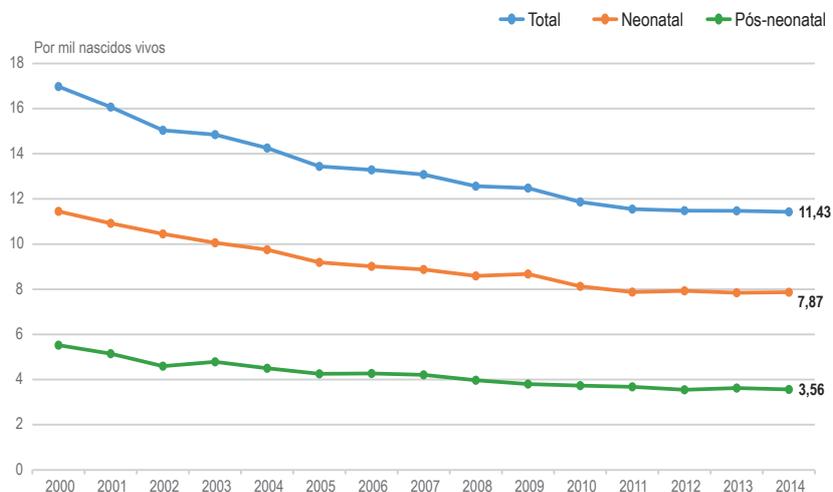
Por mil nascidos vivos

Estado de São Paulo e Regiões Administrativas	2000	2010	2013	2014
Estado de São Paulo	16,97	11,86	11,47	11,43
RM de São Paulo	16,90	11,80	11,63	11,41
Registro	19,36	12,05	18,36	16,55
Santos	22,19	15,15	15,89	14,48
São José dos Campos	16,78	12,02	11,84	11,49
Sorocaba	18,95	13,37	12,80	12,56
Campinas	14,90	11,61	9,42	10,53
Ribeirão Preto	13,36	10,10	10,13	11,11
Bauru	18,80	11,60	11,97	11,07
São José do Rio Preto	12,63	9,54	9,70	9,60
Araçatuba	16,03	12,31	10,36	11,05
Presidente Prudente	17,62	11,55	10,84	10,98
Marília	16,84	11,81	11,58	11,02
Central	13,82	11,14	10,82	11,63
Barretos	16,68	8,23	10,63	11,66
Franca	19,41	10,95	11,37	10,47

Fonte: Fundação Seade.

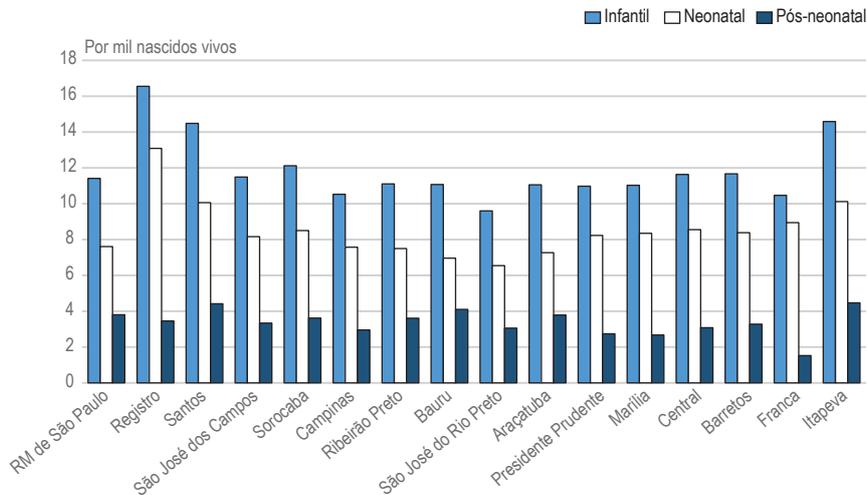
Gráfico 1

Taxas de mortalidade infantil, segundo componentes
Estado de São Paulo – 2000-2014



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 2
Taxas de mortalidade infantil, segundo idade
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas – 2014



Fonte: Fundação Seade.

Característica relevante da mortalidade infantil no Estado, à medida que diminui, é sua concentração nas primeiras idades: atualmente 70% dos óbitos infantis ocorrem nos primeiros 28 dias de vida, denominado neonatal; enquanto apenas 30% ocorrem no período denominado pós-neonatal (óbitos entre 28 dias e 1 ano de vida).

Em 2014, a taxa estadual de mortalidade neonatal foi de 7,87 óbitos por mil, registrando-se os menores índices nas regiões de São José do Rio Preto (6,54), Bauru (6,96) e Araçatuba (7,26). As regiões com níveis maiores de 10 óbitos por mil foram: Registro (13,09) e Baixada Santista (10,06). No período pós-neonatal, a taxa chegou a 3,56 óbitos por mil, na média do Estado, com registros mais elevados nas regiões da Baixada Santista (4,42) e Bauru (4,11), e o menor na de Franca (1,52).

Os resultados mostram que, apesar da redução considerável ocorrida nos últimos anos, as taxas de mortalidade infantil podem diminuir ainda mais num futuro próximo. Em vista da alta concentração de óbitos existente nos primeiros dias de vida, há que se aprimorar o atendimento voltado ao pré-natal e às condições do parto. Também é importante minimizar as diferenças regionais e municipais, uma vez que as variações ainda são grandes, buscando detectar os fatores que influenciam as taxas mais elevadas.

Registros de nascidos vivos

A pesquisa nos Cartórios de Registro Civil, realizada de forma contínua desde o final do século XIX, coleta informações fundamentais sobre os nascidos vivos no Estado, como lugar de residência da mãe e de ocorrência do parto, idade da mãe na ocasião do parto, naturalidade, estado civil,

entre outras. Os dados possibilitam monitorar diversas políticas na área da saúde, na adequação de oferta e demanda por serviços relacionados. São também utilizados nos estudos demográficos para estimar os níveis de fecundidade, sua distribuição por idade e educação da mãe, entre outros indicadores.

Destaca-se, também, que o registro de nascimento constitui documento fundamental para o exercício pleno da cidadania, pois com ele torna-se possível obter o registro de identidade, carteira de vacinação, matrícula na escola, por exemplo.

Em 2014, foram registrados 625.750 nascidos vivos, considerando o Estado de São Paulo como lugar de residência da mãe (Tabela 2). Historicamente, dado seu volume populacional, a Região Metropolitana de São Paulo concentra a maior parte dos nascimentos: 51% deles ocorreram na RMSP, seguida pelas regiões administrativas de Campinas (14,35%) e Sorocaba (6,74%).

Em comparação com 2013, observa-se aumento de 2,36% no total estadual. Todas as regiões administrativas registraram crescimento, chegando a 5,73% em São José do Rio Preto e a 4,16% em Barretos. Na Região Administrativa de Santos, o aumento do número de nascimentos foi o menor no Estado: 1,44%.

Tabela 2

Nascidos vivos, segundo local de residência da mãe
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas – 2000-2014

Local de residência da mãe	2000	2010	2013	2014
Estado de São Paulo (1)	699.374	601.561	611.300	625.750
RM de São Paulo	367.309	310.049	312.263	318.394
Registro	5.732	3.982	3.921	4.049
Santos	28.079	24.356	24.983	25.344
São José dos Campos	37.358	32.775	33.196	34.204
Sorocaba	47.964	39.797	41.105	42.186
Campinas	91.468	84.784	87.812	89.768
Ribeirão Preto	18.190	17.035	17.070	17.737
Bauru	16.008	13.620	14.032	14.367
São José do Rio Preto	18.046	16.868	17.635	18.645
Araçatuba	9.983	9.015	9.463	9.773
Presidente Prudente	12.203	10.039	10.239	10.568
Marília	14.607	12.192	12.086	12.336
Central	13.170	12.119	12.567	12.984
Barretos	6.055	5.105	5.269	5.488
Franca	11.334	9.768	9.585	9.839

Fonte: Fundação Seade.

(1) Inclui localidade sem especificação.

A situação é diferente quando comparados os nascimentos de 2014 com 2000: na média do Estado, houve redução de 10,53%, tendência que se observa em quase todas as regiões paulistas. Na região administrativa de Registro, a diminuição atinge 29,36%; na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões administrativas de Presidente Prudente, Marília e Franca a redução dos nascimentos supera 13%.

A Tabela 2 apresenta os totais regionais de nascidos vivos registrados nos anos de 2000, 2010, 2013 e 2014, segundo o lugar de residência da mãe, possibilitando avaliar a evolução ocorrida.

Composição segundo a idade da mãe

A informação sobre a idade da mãe no momento do nascimento da criança é fundamental para conhecer o padrão etário da fecundidade e os aspectos a ela relacionados. O cálculo das taxas de fecundidade por idade (f_x) possibilita estimar o número médio de filhos por mulher, denominada taxa de fecundidade total (TFT), indicador universal que permite comparações entre diferentes unidades geográficas e temporais.

Observando-se a distribuição dos nascidos vivos, entre 2000 e 2014, segundo idades quinquenais da mãe, nota-se que a proporção de nascimentos entre as mulheres com menos de 30 anos de idade apresentou significativas reduções, enquanto para aquelas com mais de 30 anos houve aumento nessa proporção, caracterizando nítida tendência de deslocamento da estrutura da fecundidade para idades mais avançadas (YAZAKI, 2013).

O número de nascimentos entre as mães com idade inferior a 20 anos tem relevância na área da saúde pública, especialmente para as mais jovens, com menos de 18 anos, devido aos aspectos sociais e de saúde envolvendo esta parcela da população. A fecundidade das jovens costuma ser utilizada para avaliar as condições de saúde desse grupo etário.

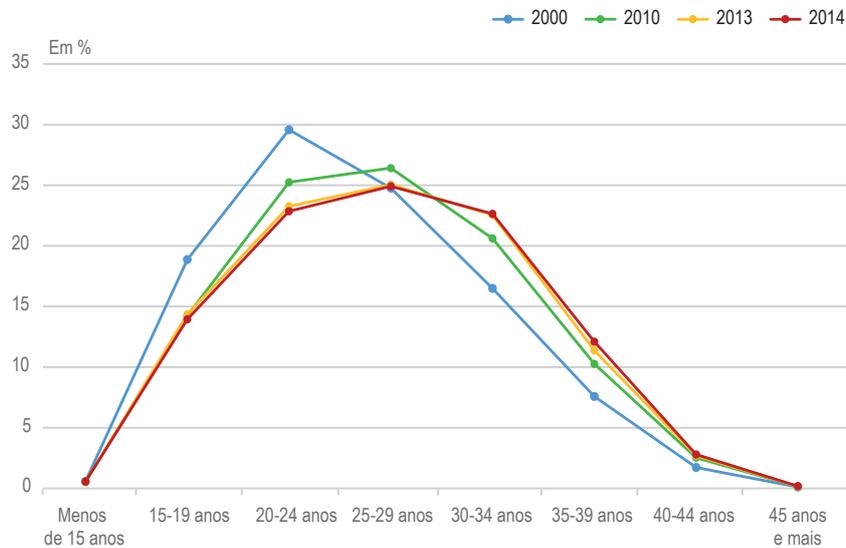
O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos nascimentos, segundo os grupos quinquenais de idade das mães residentes no Estado de São Paulo, nos anos de 2000, 2010, 2013 e 2014.

A proporção de nascidos vivos de mães mais jovens, com menos de 20 anos, reduziu-se muito entre 2000 e 2010, e mantém esse comportamento, respondendo por 14,50% do total de nascimentos ocorridos em 2014. Porcentual que ainda pode ser considerado elevado, pois entre outros fatores há importante vinculação com a educação da mãe, dificultando ou mesmo impedindo a permanência dessas jovens no sistema educacional.

Ocorre, também, importante redução da proporção de nascimentos nas mães com idades entre 20 e 29 anos: de 54,34% (2000) para 47,77% (2014); enquanto a proporção daquelas com idades acima de 30 anos aumentou de 25,91% (2000) para 37,72% (2014), reforçando a tendência de envelhecimento no padrão reprodutivo das mulheres.

Gráfico 3

Distribuição dos nascidos vivos, por idade da mãe
Estado de São Paulo – 2000-2014

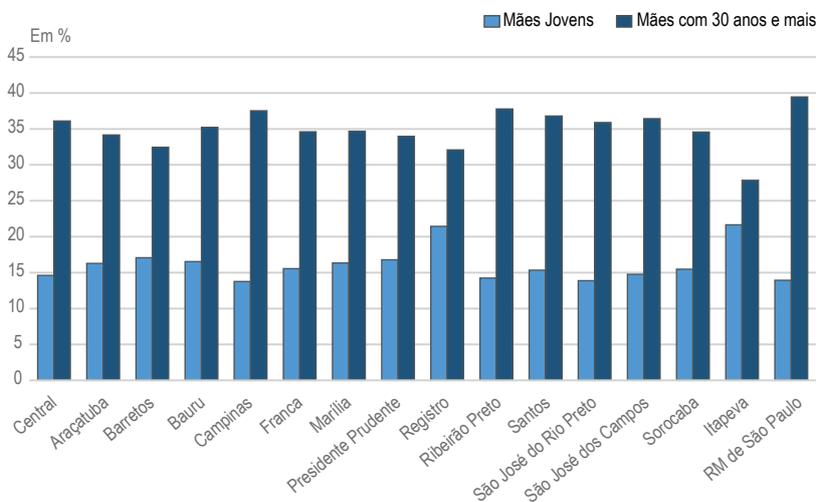


Fonte: Fundação Seade.

Existem relevantes diferenciais na distribuição etária das mães entre as regiões administrativas. Na de Registro, que tradicionalmente apresenta os maiores índices de fecundidade, foi registrada a proporção mais elevada de nascimentos de mães jovens (21,44%), enquanto na de Campinas verificou-se a menor proporção (13,88%). Já em relação aos nascimentos no grupo de mulheres com 30 anos ou mais de idade, a Região Metropolitana de São Paulo aparece com a maior proporção (39,46%) e a região de Itapeva com a menor (27,88%) (Gráfico 4).

Gráfico 4

Proporção de nascimentos de mães jovens e mães com 30 anos e mais
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas – 2014



Fonte: Fundação Seade.

Local de ocorrência dos nascimentos

A informação sobre o local de ocorrência do nascimento também é muito útil na área de saúde pública, pois os partos realizados em condições mais seguras aumentam, sensivelmente, as chances de sobrevivência da mãe e do recém-nascido, em especial quando se trata de gestação de alto risco.

Em 2014, 99,24% dos nascidos vivos no Estado de São Paulo ocorreram em hospital ou estabelecimento de saúde sem internação, enquanto em domicílio foram apenas 0,24% (Tabela 3). Nos últimos 15 anos, verifica-se que quase não houve mudança nesse comportamento.

Tabela 3

Proporção de nascidos vivos, segundo local de ocorrência
Estado de São Paulo – 2000-2014

Local de ocorrência	Em porcentagem	
	2000	2014
Total	100,0	100,0
Hospital	98,80	99,24
Outros estabelecimentos de saúde	0,62	0,43
Domicílio	0,25	0,24
Outros	0,07	0,08
Ignorado	0,27	0,01

Fonte: Fundação Seade.

Registros de óbito

A pesquisa realizada tradicionalmente pela Fundação Seade junto aos Cartórios de Registro Civil coleta também informações sobre os óbitos ocorridos no Estado de São Paulo. As informações referem-se às principais características dos indivíduos falecidos, como sexo, idade, localização geográfica, escolaridade, local da ocorrência, circunstâncias e causas de morte.

Relacionando os óbitos por sexo e idade, com a correspondente população, obtém-se indicadores mais refinados, que possibilitam inferir as condições de saúde em cada grupo da população. Um exemplo é a construção da Tábua de Mortalidade,³ utilizada para diversos fins, como saúde pública e análise atuarial, entre outros.

Vários indicadores relevantes para monitorar a saúde da população podem ser calculados usando os registros de óbito, como as taxas de mortalidade infantil (crianças com menos de 1 ano de idade); de mortalidade na infância (entre 0 e 5 anos); de jovens, de adultos, de mulheres em idade fértil e de idosos, entre outros.

3. A Tábua de Mortalidade é a mais completa descrição da mortalidade em função da idade.

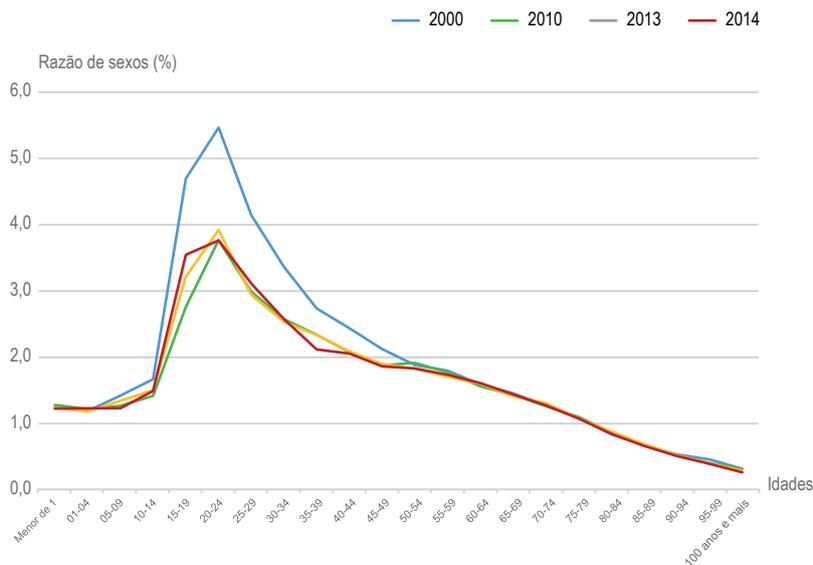
Em 2000, praticamente 60% das mortes ocorridas no Estado de São Paulo eram de pessoas do sexo masculino, proporção que diminuiu para quase 54,86%, em 2014. Nas regiões administrativas, a maior proporção (61,76%) foi na de Registro, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo as mortes masculinas representaram 53,86%, nesse último ano.

A distribuição das mortes segundo sexo e idade mostra ainda que a mortalidade tem envelhecido gradativamente. O grupo etário quinquenal modal das mortes masculinas passou de 70 a 74 anos (2000) para 75 a 79 anos (2014), enquanto para as mulheres a idade modal, que ocorre cinco anos mais tarde, aumentou de 75 a 79 anos para 80 a 84 anos, em 2014.

O padrão da razão de sexo para os óbitos,⁴ segundo a idade, é de predomínio do sexo masculino. Pode-se observar no Gráfico 5 que para as idades abaixo de 80 anos a razão é sempre maior que 1, indicativo de número maior de mortes de sexo masculino, que atinge seu máximo entre 20 e 24 anos. Em 2000, o número de óbitos masculinos nesse grupo etário chegou a ser 5,5 vezes o feminino, reduzindo-se a 3,8 vezes em 2014. Essa elevada diferença certamente está relacionada com as mortes violentas, mais comuns na população do sexo masculino. Entre o contingente acima de 80 anos, a razão é inferior a 1, indicando número de óbitos femininos superior aos masculinos, intensificando-se com o avançar da idade.

Gráfico 5

Óbitos, segundo a razão de sexo
Estado de São Paulo – 2000-2014



Fonte: Fundação Seade.

4. Óbitos do sexo masculino divididos pelos óbitos do sexo feminino, para cada faixa etária.

A diminuição da mortalidade masculina aconteceu em ritmo mais acentuado que a feminina entre 2000 e 2014, refletindo-se na razão de sexo, que para a população total diminuiu de 1,5 para 1,2. Entre os grupos etários, a redução foi mais enfática nas idades situadas entre 15 e 50 anos. Nas idades extremas, abaixo de 15 anos e acima de 50 anos, a razão de sexo dos óbitos praticamente não se modificou.

Registros de nascidos mortos⁵

O número de natimortos vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos: em 2000 foram 6.979 casos, que passaram a 4.555 em 2010 e 4.159 em 2014. Houve redução de 8,71% na comparação dos anos de 2014 e 2013, sendo que em relação a 2000 essa redução foi mais intensa, atingindo 40,41%.

A taxa de natimortalidade é estimada relacionando-se o total de nascidos mortos com a soma de nascidos vivos e mortos. Para o total do Estado, a taxa em 2014 foi de 6,60 natimortos por mil nascidos, depois de registrar patamar de 9,88 por mil em 2000. Regionalmente, as maiores taxas de natimortalidade foram registradas em Santos (8,76 por mil) e Marília (8,12 por mil) e as menores nas regiões de São José do Rio Preto e Araçatuba, com cerca de 4,9 por mil (Tabela 4).

Tabela 4

Taxas de natimortalidade
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas – 2000-2014

Estado de São Paulo e Regiões Administrativas	Por mil nascidos			
	2000	2010	2013	2014
Estado de São Paulo	9,88	7,52	7,40	6,60
RM de São Paulo	9,91	7,32	7,50	6,90
Registro	13,76	10,68	8,10	6,38
Santos	12,38	9,35	8,69	8,76
São José dos Campos	11,27	7,81	7,50	6,30
Sorocaba	7,55	7,23	6,31	5,77
Campinas	7,92	7,45	6,64	5,89
Ribeirão Preto	7,04	6,88	7,62	6,11
Bauru	10,02	6,64	7,50	6,09
São José do Rio Preto	8,03	7,24	6,03	4,86
Araçatuba	9,72	9,12	5,78	4,89
Presidente Prudente	8,69	7,91	7,18	5,36
Marília	9,22	8,46	7,15	8,12
Central	8,73	7,94	8,21	5,36
Barretos	8,19	7,77	10,14	6,88
Franca	10,22	7,42	7,04	6,76

Fonte: Fundação Seade.

5. Os natimortos correspondem aos óbitos fetais, com pelo menos 22 semanas de gestação. Em 2014, os natimortos representavam cerca de 80% do total de óbitos fetais.

Com a diminuição da mortalidade infantil no Estado de São Paulo nos últimos anos, a redução na taxa de natimortos destaca-se, pois quando somada aos óbitos neonatais precoces – aqueles ocorridos nos primeiros 7 dias de vida – compõem a mortalidade perinatal, que é muito utilizada para acompanhar as condições de saúde da criança, especialmente no período de pré-natal, parto e puerpério.

Registros de casamento

No Estado de São Paulo, o número de casamentos tem aumentado nos últimos anos, atingindo total de 297.477 eventos em 2014, com incremento de 57% em relação a 2000 e de 6,1% em relação a 2013 (Tabela 5).

A Região Metropolitana de São Paulo concentra 45,92% de todos os casamentos realizados no Estado, seguida pela Região Administrativa de Campinas com 15,87%, enquanto na de Registro ocorreram somente 0,61% desses eventos.

No período de 2000 a 2014, a Região Administrativa de Barretos registrou o maior aumento no número de casamentos: 102,89%, seguida pela Central (75,72%), contrastando com a de Registro, onde o aumento foi de apenas 33,16%. Na comparação com 2013, o aumento no registro de casamentos legais superou 11% em Barretos, e 10% em Ribeirão Preto e Franca. Na região de São José dos Campos o aumento foi de somente 1,28%.

Tabela 5

Casamentos legais
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas – 2000-2014

Estado de São Paulo e Regiões Administrativas	2000	2010	2013	2014
Estado de São Paulo	189.488	252.316	280.336	297.477
RM de São Paulo	91.310	118.183	128.560	136.602
Registro	1.369	1.535	1.738	1.823
Santos	6.865	9.274	10.455	11.377
São José dos Campos	10.497	15.213	17.246	17.467
Sorocaba	13.012	18.401	21.157	22.259
Campinas	28.634	39.029	44.199	47.206
Ribeirão Preto	5.182	7.406	7.967	8.756
Bauru	5.116	6.756	7.491	7.923
São José do Rio Preto	6.597	8.258	9.948	10.480
Araçatuba	3.438	4.583	4.960	5.294
Presidente Prudente	3.852	5.307	5.860	6.055
Marília	4.499	5.616	6.216	6.512
Central	4.164	6.111	6.928	7.317
Barretos	1.662	2.710	3.028	3.372
Franca	3.291	3.934	4.583	5.034

Fonte: Fundação Seade.

Aspecto relevante nos registros de casamentos, a idade média dos noivos vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Em 1990, era de 26,91 anos para os homens residentes no Estado e para as mulheres, 23,96 anos. Em 2000, já eram de 29,06 e 25,93 anos, respectivamente, atingindo 33,45 anos e 30,68 anos em 2014 (Tabela 6). Note-se que a diferença entre as idades médias ao casar para ambos os sexos está menor no último ano.

Vários fatores contribuíram para esse aumento, como a maior participação da mulher no mercado de trabalho, a elevação da escolaridade e a ampliação de casamentos de pessoas com idades mais avançadas, o que explica os recasamentos, mais frequentes atualmente. Em 2000, 85,46% dos casamentos ocorriam entre noivos solteiros e, em 2014, essa proporção diminuiu para 72,65%. Por outro lado, os noivos divorciados, que representavam 8,34% dos casamentos, subiram para 17,56%, enquanto entre as noivas esse percentual passou de 6,03% para 15,05% no mesmo período (Tabela 7).

Tabela 6

Idade média ao casar, por sexo
Estado de São Paulo – 1970-2014

Anos	Homem	Mulher	Diferença
1970	26,97	23,22	3,75
1977	26,34	23,06	3,28
1990	26,91	23,96	2,95
2000	29,06	25,93	3,13
2014	33,45	30,68	2,76
Média	28,40	25,30	3,10

Fonte: Fundação Seade.

Tabela 7

Casamentos, segundo estado civil dos noivos
Estado de São Paulo – 2014

Estado civil do homem	Estado civil da mulher				Total
	Solteira	Viúva	Divorciada	Ignorada	
Total	248.084	4.070	44.764	559	297.477
Solteiro	216.116	1.660	22.558	312	240.646
Viúvo	1.702	865	1.666	9	4.242
Divorciado	30.108	1.541	20.507	70	52.226
Ignorado	158	4	33	168	363

Fonte: Fundação Seade.

Um fato novo refere-se às uniões legais entre pessoas do mesmo sexo, como reflexo da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, em 5 de maio de 2013, aprovou medida autorizando todos os cartórios do país a celebrar esses casamentos.

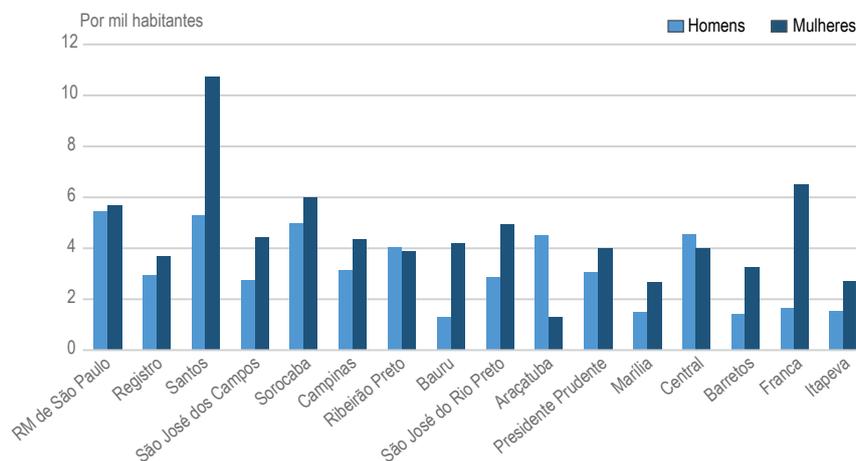
As estatísticas de 2014 registram 2.051 uniões homoafetivas no Estado de São Paulo, sendo 898 uniões entre homens e 1.153 uniões entre mulheres, o que representa acréscimo de 4% em relação a 2013.

Em termos relativos, as uniões homoafetivas representam somente 0,69% do total dos casamentos realizados no Estado. Na região de Santos, essas uniões representaram 1,24% dos casamentos; em Barretos e Marília elas alcançaram somente 0,30%.

O indicador que relaciona essas uniões com a população total aponta coeficientes mais elevados na RA de Santos e na Região Metropolitana de São Paulo: 8,14 e 5,59 uniões por cem mil habitantes, respectivamente. As menores ocorreram na RA de Marília (2,09 por cem mil) e de Itapeva (2,11 por cem mil). Em 13 regiões administrativas, as taxas correspondentes às mulheres foram mais elevadas que as dos homens. O contrário somente aconteceu nas regiões de Ribeirão Preto, Araçatuba e Central (Gráfico 6).

Gráfico 6

Taxas de casamentos homoafetivos
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2014



Fonte: Fundação Seade.

Referências bibliográficas

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil*. Notas Técnicas, v. 40, 2013.

YAZAKI, L. Estatísticas de nascimento. Mães mais velhas e crescimento desenfreado de cesáreas em São Paulo. *SP Demográfico*, ano 13, n. 2, maio 2013.

WALDVOGEL, B. et al. Mudanças nos componentes da dinâmica demográfica paulista. *SP Demográfico*, ano 12, n. 3, set. 2012.



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Vice-Governador
Márcio França

Secretário de Planejamento e Gestão
Marcos Monteiro

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretora Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Diretora-adjunta Administrativa e Financeira
Marcia Jungmann Cardoso Nogueira (respondendo pelo expediente)

Diretor-adjunto de Análise e Disseminação de Informações
Edney Cielici Dias (respondendo pelo expediente)

Diretora-adjunta de Metodologia e Produção de Dados
Margareth Izumi Watanabe



A série *SP Demográfico*, iniciada em 1998, procura veicular os principais indicadores demográficos do Estado de São Paulo, de suas regiões, municípios e distritos da capital, com ênfase na análise das projeções populacionais e das Estatísticas do Registro Civil, produzidas pela Fundação Seade.

Coordenação e edição: Bernadette Cunha Waldvogel

Corpo editorial: Maria Helena Guimarães de Castro; Edney Cielici Dias; Osvaldo Guizzardi Filho; Bernadette Cunha Waldvogel; Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira.

Autores deste número: Luis Patricio Ortiz Flores; Antonio Benedito Marangone Camargo; Margarete da Silva Jordani; Deise Akiko Oushiro; Elizabeth Fuzisaki.

Edição: Assessoria de Editoração e Arte (Aedar)

Endereço para correspondência:

Av. Professor Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária

05508-000 – São Paulo – SP

Fone (11) 3324.7200 Fax (11) 3324.7324

www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br.

NOTA AOS COLABORADORES

Os artigos publicados pelo *SP Demográfico* devem ser relacionados a pesquisas da Fundação Seade. As colaborações podem ser tanto de integrantes da Fundação como de analistas externos. A publicação não remunera os autores por trabalhos publicados.

NORMAS EDITORIAIS

O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no máximo 20 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

Na primeira página do original deverão ser indicados:

- a) Título do artigo (e subtítulo, se houver);
- b) Nome do(s) autor(es) com um minicurrículo (indicação de formação profissional, titulação, ocupação atual e, se quiser, *e-mail*);
- d) Resumo do artigo (máximo cinco linhas);
- e) Palavras-chave (três palavras);

Caso haja divisões no texto, recomenda-se no máximo três níveis de intertítulos, hierarquizados da seguinte forma (Atenção: não começar o artigo com intertítulo):

Não colar gráficos, tabelas, mapas, quadros e figuras no texto (apenas indicar onde poderão ser colocados). Eles deverão ser enviados no formato original (Excel, Word, Corel, Maptitude, Illustrator) separadamente do arquivo de texto para posterior edição nos padrões do boletim.